MENSAGEM Nº 06, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

RECEBIDO 15:26 hrs
01 / 04 / 24
THAMARA TOKARSKI
DIRETORA ADMINISTRATIVA
RG: 11.095.629-5

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Quitandinha – PR.

Apresentando-lhe meus cumprimentos de estilo, valho-me da presente Mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que se destina a instituir o Banco de Horas dos Servidores Públicos da Prefeitura de Quitandinha/PR, acrescenta os Art. 74-A a Art. 74-F, na Seção VIII, Do Adicional Por Serviço Extraordinário, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 419/1998.

O presente projeto tem o objetivo de regulamentar a implementação do banco de horas dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, sendo que o referido Projeto justifica-se diante da ausência de regramento sobre o tema. Desta forma, sua aprovação visa sanar futuras omissões legislativas.

Importante pontuar que consta em aberto, desde 2020, Inquérito Civil n. MPPR-0124.20.000845-4, em que é representante Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o inquérito foi instaurado para investigar irregularidades, à época, sobre o pagamento de horas extraordinárias em excesso e não apenas em situações excepcionais, com pagamentos a mais de duas horas por dia com certa frequência. O que se dá em razão das contingências do dia a dia da Administração Pública e a necessidade de continuidade do serviço público.

Com inicio do mandado da Gestão 2021/2024, várias foram às respostas encaminhadas a Douta Promotoria, relatórios, autorizações, folhas pontos, porém, como estávamos no ano de 2021, vivendo sobre pandemia, e, além de muitas as restrições, uma delas foi não realizar concurso público, amparados sob a previsão da Lei Complementar 173/2020, desta forma não houve regulamentação naquele momento. Inclusive, foi encaminhado a esta casa de leis, projeto que viabilizaria a terceirização de diversas atividades, o que acabou sendo rejeitado pela Casa.

Após a realização do concurso público em 2022, funcionários novos entraram no quadro de servidores, porém alguns pedirão exoneração ou atingiram a aposentadoria. Desta forma, as horas extraordinárias persistiram, de forma habitual e contínua.

Sobreveio o recebimento do Ministério Público a Recomendação Administrativa nº 03/2022, oriunda dos autos de inquérito civil em comento, que versa sobre implantação do denominado "Banco de Horas" no âmbito do serviço público, bem como regime de escala de trabalho, preferencialmente aos ocupantes do cargo de motorista, lotados nas secretarias de Saúde e Educação.

Importante salientar que a Administração Pública não mediu esforços, para no período, tentar resolver o impasse das horas extraordinárias; porém, com a rotatividade dos servidores públicos, serviços essenciais e emergências que não poderiam deixar de serem realizados como é o caso das Secretária de Saúde e Educação, horários que não podem ser interrompidos para não prejudicar a assistência pública, e aumento da demanda, não restou alternativa senão o envio a esta Casa Legislativa do Projeto de Lei, para regulamentar o instituto de banco de horas, na lei nº 419/1998, o que por sua vez já é medida costumeira no Serviço Público.

Tal regulamentação já recebeu o reconhecimento de constitucionalidade, no Recurso Extraordinário com Agravo n. 722.628/MG do Rel. Min. Luiz Fux, que o "BANCO DE HORAS" no âmbito do serviço público, medida que, nas palavras do Eminente Relator: *"atende não só à legislação estatutária de regência, como também, reduz custos com o funcionamento e manutenção de serviços públicos essenciais, além de resguardar e preservar a saúde e a vida social dos servidores que trabalham em regime de revezamento, diante da visível flexibilização da jornada de trabalho." (STF – AGR RE 615340/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. em 22/06/2018).*

Alem disso, ainda em observância a Recomendação do Ministério Público, item D, visando, a uma, a redução de horas extraordinárias dos cargos de provimento efetivo de motoristas, e a duas, como forma de valorizar o esforço de cada servidor, estará sendo implementada a regime de jornada fracionada, por meio de ato próprio, fazendo jus a gratificação específica (um dos objetos do presente projeto de lei), cada servidor designado para tal regime.

Nestas condições, contamos com a aprovação da proposição anexa, requerendo ainda que a tramitação do presente projeto seja em regime de urgência haja vista a necessidade de que a validade da futura lei seja implementada no Estatuto dos Servidores Públicos, assim como nos meses subsequentes passe a valer a norma, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 01 de abril de 2024.

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 06, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Instituí o Banco de Horas dos Servidores Públicos da Prefeitura de Quitandinha/PR, acrescenta os Art. 74-A a Art. 74-F, na Seção VIII, Do Adicional Por Serviço Extraordinário, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 419/1998.

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.
A Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam inseridos o Art 74-A e parágrafos, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 74-A Fica instituído o "Banco de Horas" a todos os Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Quitandinha, a fim de possibilitar, a critério da Administração Pública, a compensação de horas extraordinárias trabalhadas, como mecanismo de continuidade do serviço público e contenção de despesas com pessoal, além da garantia de manutenção da saúde dos servidores, evitando jornadas de trabalho excessivas que os privem do necessário descanso.

§1º As regras do Banco de Horas aplicam-se a todos os servidores efetivos da Administração Municipal Direta, exceto para os cargos em comissão, funções de confiança e funções gratificadas, os quais não fazem jus ao recebimento e/ou lançamento de horas extras.

§2º Os servidores em regime de contratação temporária podem utilizar das regras do "Banco de Horas", até o prazo de 3(três) meses anteriores a rescisão.

§3º O lançamento, controle e autorização para compensação ficarão sob responsabilidade de cada Departamento, devendo o Secretário da Pasta supervisionar, controlar e encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos para as devidas anotações.

Art.2º Ficam inseridos o Art 74-B, incisos e parágrafo único, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 74-B A compensação das horas extraordinárias, não remuneradas, será realizada da seguinte forma, a critério da Administração:

I. Redução da jornada diária;

II. Supressão do trabalho em dias da semana;

III. Folgas adicionais, assim compreendidas as concedidas em dias que intercalem feriados e pontos facultativos, ou quaisquer destes e finais de semana;

IV. Prolongamento das férias.

Parágrafo único: Na medida do possível, conforme, as exigências do serviço público a Administração buscará efetuar a compensação, conforme interesse do servidor.

Art.3º Ficam inseridos o Art 74-C e parágrafos, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 75-C O prazo para compensação será de até de 12(doze) meses após o lançamento das horas, a critério do Departamento ao qual esteja vinculado o servidor, salvo, em caso de extrema necessidade da Administração Pública, quando o prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação do secretário da pasta.

§1º A compensação ocorrerá de ofício pelo secretário da pasta em que o servidor esteja lotado, ou, a requerimento deste.

§2º Em caso de solicitação de compensação pelo servidor, esta deverá ser realizada por escrito, com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas anteriores à data da folga pretendida, salvo situação fundamentada de emergência, ficando a cargo do secretário o deferimento do pedido, desde que não haja prejuízo à execução dos serviços.

Art.4º Ficam inseridos o Art 74-D, incisos e parágrafos, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 74-D As horas lançadas a crédito no Banco de Horas, poderão ser utilizadas a critério da Administração, para compensar:

I. Horas em atraso, respeitado o limite de tolerância de 10(dez) minutos diários para entrada e saída.

II. Faltas ou ausências parciais não justificadas por atestado médico.

§1º Para as horas destinadas a redução da hora noturna não caberá compensação.

§2º As faltas e ausências parciais compensadas com base no Estatuto do Servidor não serão computadas para fins dos Arts. 48, 81-A, 102 e 105 deste Estatuto.

Art.5º Fica inserido o Art 74-E, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 74-E As horas extraordinárias trabalhadas até a publicação da presente Lei serão automaticamente lançadas no Banco de Horas de cada servidor, sob responsabilidade de cada Departamento, para posterior compensação e/ou remuneração, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores.

Art.6º Ficam inseridos o Art 74-F, incisos e parágrafos, na Lei Municipal nº 419/1998 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Art. 74-F Encerrado o vínculo com a Administração Pública, por motivo de aposentadoria ou exoneração, se o servidor possuir débito de horas de trabalho, o valor correspondente será descontado dos créditos de sua rescisão contratual e, havendo crédito de horas ainda não compensadas, será observado o seguinte:

I. Em caso de aposentadoria, o servidor deverá compensar as horas existentes no Banco, mediante acordo estabelecido com o superior imediato, com a antecedência necessária para que todas as horas sejam compensadas até o encerramento do vínculo.

II. Não havendo tempo hábil para compensação integral das horas existentes no Banco de Horas, ou em caso de exoneração a pedido do servidor, as horas extraordinárias serão pagas a título de verbas rescisórias, respeitando o limite constitucional.

§1º O servidor contratado em regime temporário deverá compensar as horas extras dentro do período máximo de 3 (três) meses antes do término do contrato, podendo ser prorrogado por igual período se houver prorrogação do contrato de prestação de serviço por mais 12(doze) meses.

§2º O servidor contratado em regime temporário que, ao final do prazo previsto no §2º do art. 74-A, tiver créditos de horas ainda não compensadas, mediante expressa autorização do Secretário Municipal de Administração e Finanças, e, com justificativa da imperiosa necessidade do serviço público, deverá receber as horas correspondentes na rescisão.

Art. 7º Ficam inseridos o inciso XII e parágrafo 10, no Art. 60, da Lei Municipal nº 419/1998, que passará a viger com a seguinte redação:

Art. 60 [...]

XII Gratificação pelo exercício de jornada fracionada;

[...]

§ 10 O valor da gratificação prevista no inciso XII, é fixado em R$500,00 (quinhentos reais), e será pago somente aos motoristas que forem designados para trabalharem em regime de jornada fracionada, por meio de ato próprio, enquanto perdurarem nesta modalidade de trabalho.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 01 de abril de 2024.

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA n. 03/2022

Inquérito Civil n. MPPR-0124.20.000845-4

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO NEGRO/PR

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA ACERCA DA EXCEPCIONALIDADE E TEMPORALIDADE DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS
Poder Executivo - QUITANDINHA/PR

Ilustríssimo Senhor Prefeito do Município de Quitandinha/PR;

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ,** pelo órgão de execução signatário, no exercício de sua atribuição constitucional, mormente com fundamento nas normas explicitadas pelos artigos 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV; artigo 80, da Lei Federal n. 8.625/93; e artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal n. 75/93, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do patrimônio público, da moralidade, da legalidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 114, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 25, IV, "a" e "b", da Lei Federal n. 8.625/93;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade e a moralidade, expressamente elencados no artigo 37, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a 2ª Promotoria de Justiça instaurou o **Inquérito Civil n. MPPR-0124.20.000845-4**, *"para investigar irregularidades*

no pagamento de horas extras. Decreto n. 1201/2019, art. 3º, determinava o pagamento de adicional de horas extraordinárias apenas em situações excepcionais, com autorização da Chefia. Descumprimento. Pagamento de adicional de horas extras acima do limite previsto no art. 74, da Lei n. 419/1998, mais de duas horas por dia com certa frequência. Pagamento de horas extras em caráter de 50% e 100%, somando no período de janeiro a outubro de 2019 o montante de R$ 360.108,95. Despesa com pessoal excedeu o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2019";

CONSIDERANDO que, segundo consta nos autos de **Inquérito Civil n. MPPR-0124.20.000845-4**, vem ocorrendo pagamentos de adicional de horas extras, acima do limite previsto no artigo 74, da Lei n. 419/1998, **mais de duas horas por dia, com habitualidade**;

CONSIDERANDO que, pelas informações contidas nos autos, tais situações, em sua maioria, são relacionadas aos servidores municipais ocupantes do cargo de motorista, na condução de pacientes da rede de saúde municipal para hospitais em Curitiba/PR (no caso de Arlindo Ribeiro) e no transporte de alunos das escolas públicas, **diariamente** (no caso de Daniel de Souza Cruz e Elair da Silva);

CONSIDERANDO que, a exemplo destes servidores, vem o Poder Executivo de Quitandinha/PR realizando o pagamento de horas extraordinárias em elevado percentual, mês a mês, **de forma continuada**;

CONSIDERANDO que o exercício de jornada extraordinária pelo agente público apenas pode ser justificado pelas seguintes razões: **(i)** necessidade excepcional de serviço, que requeira trabalho extraordinário por determinado período; ou **(ii)** demanda de serviço ordinário incompatível com a disponibilidade imediata de servidores;

CONSIDERANDO que o pagamento de horas extraordinárias aos servidores públicos só estaria então justificado **em casos extraordinários e**

temporais, situações não corriqueiras e imprevisíveis[1], mas em relação aos servidores municipais ocupantes do cargo de motorista, lotados nas Secretarias de Saúde (transporte de pacientes) e Educação (transporte de alunos), do Município de Quitandinha/PR, desponta a **previsibilidade dos eventos (habitualidade)**, afastando seu caráter singular e anormal;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 1.201/2019, artigo 3º, determina o pagamento de adicional de horas extraordinárias **apenas em situações excepcionais**, com autorização da Chefia;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não pode ter como prática rotineira o pagamento de horas extraordinárias aos seus servidores, uma vez que tal conduta pode configurar ineficiência do serviço público pela falta de servidores para desempenhar determinada função e não cumprimento da norma constitucional que determina o concurso público;

CONSIDERANDO, igualmente, que as horas extraordinárias não podem ser utilizadas como forma de complementação da remuneração dos servidores que, não raras vezes, encontram-se defasadas, e são pagas em valores fixos, mês a mês, e não **excepcionalmente, em situações temporais**, como é próprio da sua natureza e consoante previsto no artigo 74[2], do Estatuto dos Servidores do Município Quitandinha/PR;

CONSIDERANDO a inexistência, no âmbito do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da possibilidade de compensação de jornada extraordinária anteriormente trabalhada, sem o acréscimo na remuneração, como alternativa ao recebimento de horas extras;

[1] [...] Logo, impossível o pagamento de horas extras a servidores públicos efetivos que forem convocados a prestar serviço nas sessões legislativas da Câmara Municipal, eis que sempre ocorridas às segundas-feiras, às vinte horas, não consistindo, portanto, serviço extraordinário. (TCE/PR – Acórdão 6290/15-Pleno – Rel. Cons. Artagão de Mattos, j. em: 17.12.2015).

[2] Artigo 74 – Somente será permitido serviço extraordinário **para atender a situações excepcionais e temporárias**, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, se o interesse público exigir, conforme se dispuser em regulamento.

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 9.601/98 instituiu a possibilidade de compensação de jornada extraordinária anteriormente trabalhada, sem o acréscimo na remuneração, como alternativa ao recebimento de horas extras, tratando-se de previsão expressa no artigo 7°, inciso XIII, da Constituição Federal, direito este que também foi estendido aos servidores públicos, nos termos do artigo 39, §3°, da mesma lei;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal – STF, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo n. 722.628/MG, Rel. Min. Luiz Fux, reconheceu a constitucionalidade do denominado **"BANCO DE HORAS"** no âmbito do serviço público, medida que, nas palavras do Eminente Relator: "*atende não só à legislação estatutária de regência, como também, reduz custos com o funcionamento e manutenção de serviços públicos essenciais, além de resguardar e preservar a saúde e a vida social dos servidores que trabalham em regime de revezamento, diante da visível flexibilização da jornada de trabalho.*";

CONSIDERANDO que ao assim agirem, tais entes adotaram uma alternativa para poupar o(a) servidor(a) de jornadas prolongadas, reconhecendo a contrapartida do repouso no resguardo a saúde do(a) trabalhador(a), além de, ao mesmo tempo, evitar despesas públicas com o pagamento de horas excedentes, dando margem a espaço orçamentário para a satisfação de outros compromissos, ou mesmo para terem alternativa a sua disposição quando incidentes nas restrições orçamentárias do artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

CONSIDERANDO, que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico[3], sendo que o horário de trabalho, ao contrário da carga horária semanal, sequer diz respeito ao regime estatutário do servidor público, pois a definição do horário de trabalho é prerrogativa do Gestor para melhor organização da

[3] Nesse sentido: STF – AGR RE 615340/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. em 22/06/2018.

Administração Pública, em manifestação do poder hierárquico[4] exercido no âmbito interno do ente;

CONSIDERANDO, ainda, que é dever da autoridade[5] chefe regulamentar a jornada dos servidores de modo a melhor prover às necessidades coletivas atendidas através da prestação de serviços públicos, sendo que o horário a ser definido guarda observância, portanto, à necessidade e/ou utilidade ao serviço público, impossibilitando que o(a) servidor(a) cumpra determinado horário apenas para melhor favorecê-lo;

CONSIDERANDO, por fim, que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93, faculta ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

RESOLVE RECOMENDAR:

[4] Do sistema hierárquico na Administração decorrem alguns efeitos específicos. O primeiro consiste no poder de comando de agentes superiores sobre outros hierarquicamente inferiores. Estes, a seu turno, têm dever de obediência para com aqueles, cabendo-lhes executar as tarefas em conformidade com as determinações superiores. É claro que tal dever não obriga o agente de nível inferior a cumprir ordens manifestamente ilegais, aferíveis pelo indivíduo mediano. Essa, aliás, a posição adotada pelo CP, de cujo art. 22 se extrai, a *contrario sensu*, a interpretação de que, se a ordem do superior é manifestamente ilegal, pelo fato responde não só o autor da ordem como aquele que a cumpriu (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 33ª ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Atlas. 2019. p. 172).

[5]AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA SUBMETIDA AO ÓRGÃO A QUO, E AINDA NÃO APRECIADA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELO TRIBUNAL, POR CONFIGURAR SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. **SERVIDOR PÚBLICO. DETERMINAÇÃO DE MUDANÇA DO HORÁRIO DA JORNADA DE TRABALHO.** [...] AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. "[...] disciplinar o horário de trabalho de seus servidores é ato de competência da administração pública, então, desde que fundamentadamente, pode alterar o horário de trabalho dos servidores públicos, respeitada a carga horária prevista no edital." (TJPR – 2ª C.Cível – 0050615-75.2020.8.16.0000 – Jaguapitã – Rel.: DESEMBARGADOR STEWALT CAMARGO FILHO – J. 16.06.2021).

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Quitandinha/PR, José Ribeiro de Moura, bem como a quem venha lhe suceder ou substituir no seu respectivo cargo que, utilizando-se de suas atribuições:

a) Cesse imediatamente e não mais pratique a conduta de conceder hora extraordinária que esteja eventualmente sendo paga a servidor(a) **sem o efetivo controle da ocorrência da prestação do serviço excepcional e temporal, e acima do limite previsto no artigo 74, da Lei n. 419/1998**, bem como **se ou quando** o Município de Quitandinha/PR estiver incidindo na hipótese do artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme fundamentação supra, dando-se plena ciência da presente a todos os(as) Secretários(as) Municipais e ocupantes de cargos de chefia imediata, ressalvada as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

b) Para não prejudicar a categoria dos servidores públicos nas situações em que absolutamente imprescindível o serviço extraordinário, sendo que sob nenhuma hipótese poderá ultrapassar as 02 (duas) horas diárias, exceto se regulamentado o banco de horas, **seja instaurado procedimento administrativo próprio para cada servidor(a) nesta situação excepcional, demonstrando:**

b.1) O cumprimento da carga horária extraordinária pelo(a) servidor(a), com a descrição de todas as atividades desenvolvidas;

b.2) O aceite pessoal do superior hierárquico do(a) servidor(a) que está fiscalizando o cumprimento da carga horária;

b.3) Justificativa legal do Gestor Municipal do pagamento das horas extraordinárias no período, **jamais se permitindo o pagamento de horas extraordinárias aos seus(as) servidores(as) como forma de**

complementação de salário e sem fiscalização da carga horária realmente estendida;

b.4) Ciência expressa da Controladoria Interna Municipal acerca do pagamento excepcional das horas extraordinárias por parte do Gestor Municipal;

c) Seja analisada, dentro de sua discricionariedade administrativa, a **conveniência/oportunidade** de envio de Projeto de Lei à Câmara Municipal para a implantação do assim denominado **"BANCO DE HORAS"** no âmbito do serviço público municipal, que deverá concorrer com o pagamento da hora extraordinária como forma adicional de compensação do serviço excepcional, o que pode ser adotado como regra para toda a Administração Pública Municipal;

d) Seja analisada, dentro de sua discricionariedade administrativa, a **conveniência/oportunidade** – até porque, a definição do horário de trabalho é prerrogativa do Gestor para melhor organização da Administração Pública, respeitada a carga horária –, de modificação da jornada de trabalho dos servidores municipais ocupantes do cargo de motorista para o regime de escala de trabalho, notadamente àqueles lotados nas Secretarias de Saúde (transporte de pacientes) e Educação (transporte de alunos);

A resposta deverá ser encaminhada por escrito a esta Promotoria, **no prazo de 10 (dez) dias**, informando sobre o acolhimento ou não da presente recomendação – providência respaldada na previsão legal do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93 –, sob pena de adoção das providências extrajudiciais e judiciais aplicáveis à espécie.

Rio Negro/PR, 17 de março de 2022.

GISELE SILVERIO DA SILVA:02922809986 Assinado de forma digital por GISELE SILVERIO DA SILVA:02922809986 Dados: 2022.03.17 14:55:53 -03'00'

Gisele Silvério da Silva

Promotora de Justiça

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

DECLARAÇÃO
(Art. 16, II da LC 101/00)

Declaro para todos os fins e direitos admitidos e especialmente os fins do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Que os valores ATO: PROJETO DE LEI 06, DE 01 DE ABRIL DE 2024, que em Sumula: *"Institui o Banco de Horas dos servidores públicos da Prefeitura de Quitandinha/PR, acrescenta os art. 74-A a Art. 74-F, na seção VIII, do Adicional por serviço Extraordinário, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 419/1998".*, **tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes.**

Quitandinha, 01 de Abril de 2024.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

TERMO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTARIO FINANCEIRO

O Município de Quitandinha/Pr em cumprimento ao disposto no art. 21 c/c art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, estima, conforme o disposto abaixo, o Impacto Orçamentário e Financeiro.

ATO: PROJETO DE LEI 06, DE 01 DE ABRIL DE 2024, que em Sumula: *"Institui o Banco de Horas dos servidores públicos da Prefeitura de Quitandinha/PR, acrescenta os art. 74-A a Art. 74-F, na seção VIII, do Adicional por serviço Extraordinário, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 419/1998".*

Impacto	2024	2025 e 2026
Orçamentário	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, de R$ 99.000,00 (Noventa e nove mil reais), anual, recursos estes que advirão do crédito do orçamento exercício 2024.	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, recursos estes que deverão ser incluídos na programação Orçamentária dos próximos exercícios 2025, 2026.
Financeiro	O impacto financeiro se revela pelo desembolso financeiro durante o exercício de 2024, e para os próximos exercícios de 2025 e 2026, impacto perfeitamente suportável.	
Pessoal	O aumento de R$ 99.000,00 (Noventa e nove mil reais), não implica em extrapolação dos limites com pessoal, pois o aumento tem impacto mínimo no percentual em relação a RCL - Receita Corrente Liquida, sendo que o gasto com pessoal base Dez/2023, representa 51,9% da RCL, **o presente projeto chegaria a 52,56%** no final do exercício 2024, conforme projeção.	

RCL - Receita Corrente Liquida base 31/12/2023. R$ 80.179.042,62
RCL projetada para 2024 R$ 83.386.204,32
Gasto com pessoal Dez/2023 41.609.990,17 % sobre a RCL 51,9%%.
Gasto com pessoal projetado para 2024 R$ 43.830.027,48 % sobre **RCL 52,56%**.

Quitandinha, 01 de Abril de 2024.

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1